

PARECER JURÍDICO

PROCESSO: PROJETO DE LEI Nº 012/2018
PROPONENTE: EXECUTIVO MUNICIPAL
PARECER Nº 069/2018
REQUERENTE: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES



EMENTA: “Aumento de quantitativo. Professor MaMPA. Legalidade. Impacto Financeiro. Lei de Responsabilidade Fiscal”.

1. RELATÓRIO:

Foi solicitado parecer jurídico acerca da legalidade, formalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei 012/2018 oriundo do Poder Executivo, que trata de viabilizar o aumento de quantitativo dos cargos de **Professor MaMPA** tendo em vista a grande demanda de serviços nas escolas.

2. PARECER:

A organização legal do serviço público municipal é de competência do Executivo, mas necessita de lei aprovada pela Câmara de Vereadores que após será sancionada pelo Prefeito, conforme exigência constitucional, decorrente, dentre outros, dos artigos 29, I, 30, I, 37-41 e 61, § 1.º, II, “a”, impositivos para os Municípios, por força do artigo 29, *caput*, que determina a observância dos princípios constitucionais quanto à organização de seus serviços e assuntos de peculiar interesse e, ainda, especificamente no que se refere aos servidores públicos.

A administração pública deve pautar-se na legalidade estrita, ou seja, deve fazer tudo aquilo que a lei determina segundo artigo 37 da constituição senão vejamos:

“Art. 37. A administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também ao seguinte:

.....(omissis)”.

Desses preceitos constitucionais resulta que somente lei em sentido estrito pode criar e alterar cargos públicos municipais, bem como fixar-lhes a remuneração.

Assim constata-se que no caso em tela o aumento de quantitativo dos cargos acima descritos, depende de autorização legislativa, conforme explicado acima.

Entretanto, necessário que se verifique se a lei de responsabilidade fiscal foi atendida em seu artigo 16 senão vejamos:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhado de:

I – Estimativa de impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos demais subsequentes;

II – Declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.”

Desta feita, verifica-se que a administração municipal deve observar os limites impostos pela lei de responsabilidade fiscal, sob pena de nulidade do ato gerado, nos termos do artigo 21 da lei complementar 101/2000.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, em atendimento à solicitação de parecer pela Presidência, **OPINAMOS** que o presente Projeto de Lei vá ao Egrégio Plenário para apreciar o seu mérito.

É o parecer.

Guaçuí-ES, 23 de maio de 2018.



Mateus de Paula Marinho
Procurador Jurídico

